

# O governo propõe um avanço importante:

ampliar a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e compensar com uma alíquota mínima para os milionários de 10%.

**Mas isso ainda não é suficiente.**

O Sindifisco Nacional, ao lado da sociedade civil organizada, propõe algo simples e poderoso: **corrigir toda a tabela em 15%, levando em conta a inflação acumulada entre 2023 e 2025.**

O resultado? Redução de imposto para mais de **38 milhões de brasileiros e brasileiras.**

Essa proposta de emenda mantém a isenção para os mais pobres e alivia a carga sobre a classe média, que hoje sustenta o sistema com sacrifícios.

**Correção de toda a tabela com base na inflação dos três últimos anos**

**Economia anual para todas as faixas de renda**



Renda de  
**R\$ 5,5 mil**

**R\$ 3.943,25**  
ou 11 cestas básicas



Rendas a partir  
de **R\$ 9 mil**

**R\$ 2.223,20**  
ou 6,4 cestas básicas

**Ao mesmo tempo, propomos cobrar mais dos super-ricos:**

aqueles que ganham mais de **R\$ 2,4 milhões por ano** e que, historicamente, escapam da contribuição proporcional. **O imposto mínimo de 15%**, presente na proposta do Sindifisco Nacional e da Frente Parlamentar de Combate às Desigualdades, garante que os milionários paguem, efetivamente, uma alíquota efetiva maior do que é paga pelo professor universitário que, hoje, **é de R\$ 12,87%.**

# Como ficariam as alíquotas em comparação com o PL 1087/2025

600.000,00	0,00%	0,00%
650.000,00	0,83%	1,04%
680.000,00	1,33%	1,67%
700.000,00	1,67%	2,08%
800.000,00	3,33%	4,17%
850.000,00	4,17%	5,21%
950.000,00	5,83%	7,29%
1.000.000,00	6,67%	8,33%
1.200.000,00	10%	12,50%
1.500.000,00	10%	13,13%
2.000.000,00	10%	14,17%
2.500.000,00	10%	15,00%
3.000.000,00	10%	15,00%

O custo da medida — R\$ 43,6 bilhões — será compensado de forma justa, com:

- + Tributação mínima de 15% sobre grandes rendas e lucros e dividendos enviados ao exterior;
- + Com isso, teremos um reforço de **arrecadação de R\$ 11,2 bilhões para compensar as perdas de estados e municípios.**
- + Com alíquotas mínimas de 0% a 15% para quem ganha mensalmente mais de R\$ 50 mil, será possível fechar a conta com excedente, e utilizá-lo para melhorar a situação financeira dos estados e municípios, além de criar a possibilidade de reduzir impostos sobre o consumo.